

HABEAS CORPUS Nº 536.780 - MG (2019/0294702-6)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GUILHERME MENDES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GUILHERME MENDES DA SILVA, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado (fl. 255):

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DA DATA-BASE PARA CONTAGEM DO PRAZO NECESSÁRIO PARA CONCESSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- Considerando que a unificação das penas enseja a interrupção do prazo para a concessão de futuros benefícios da execução, inclusive para o livramento condicional, a retificação da data-base para a contagem do lapso temporal necessário para a aferição de referida benesse é medida que se impõe.

V.V.

- A unificação das penas em razão de superveniência de nova condenação não interrompe o prazo aquisitivo para concessão do livramento condicional por ausência de previsão legal, devendo ser aplicado o mesmo entendimento daquele firmado com a edição da Súmula nº 441 do STJ. Precedentes.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para suspender os efeitos do acórdão impugnado, até o julgamento deste *writ*. No mérito, a fixação da data da primeira prisão (24/09/2015) para o livramento condicional e da última prisão (31/12/2017) para outros benefícios.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão de suspensão dos efeitos do acórdão, para, ao fim, ser feita a retificação de cálculos de pena e afastar a interrupção dos lapsos para benefícios da execução, é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito, após a regular

Superior Tribunal de Justiça

instrução do feito, assim garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

